

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A., fundada no ano de 1985 tem como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial.

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa S.A., sob código UCAS3 desde 27 de abril de 2012.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de revendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New”, “Telasul Madeira” e “Telasul Planejados”.

Nosso moderno parque fabril conta com tecnologia de última geração, onde desenvolve, fabrica, distribui e comercializa os móveis e demais produtos, destinados a todos os tipos de ambientes residenciais e comerciais, atingindo todos os segmentos de consumo.

Em 08 de outubro de 2012, foi constituída a Unicasa Comércio de Móveis Ltda., cujo capital é integralmente detido pela Companhia. Esta controlada não apresentava saldos ou transações em 31 de dezembro de 2012. A administração da Companhia acredita que as operações de sua controlada sejam iniciadas em março de 2013.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), bem como de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 28 de Janeiro de 2013.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da administração da Companhia, sendo as mais relevantes aquelas divulgadas na nota 3.

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.2 Reconhecimento de receita -- Continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados aos seus custos amortizados e ativos financeiros que rendem juros classificados como mantidos até o vencimento, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.3.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.6 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) **Matérias primas** - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.8 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.9 Ativos intangíveis

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no exercício que for incorrido.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento da Companhia totalizaram R\$2.601 (R\$2.663 em 2011) e por não atenderem aos critérios de capitalização, foram lançados ao resultado como custos e despesas operacionais.

2.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros -- Continuação

Em 31 de dezembro de 2012 não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros ativos ou passivos de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as transações a prazo a Companhia utiliza as variações da taxa Selic, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face de faturamento é considerada como receita financeira e será apropriada pelo método do custo amortizado.

2.12 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.13 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando:

- os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 17,00%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (*)	5,00% a 10,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social (**)	1,00%

* O Governo Federal através do decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, reduziu a zero a alíquota do IPI até 31 de dezembro de 2012.

** O Governo Federal através da lei nº 10.546 de 14 de dezembro de 2011, alterou a forma de cálculo da contribuição, passando a mesma a ser calculada sobre as receitas.

A receita de vendas é apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida destes tributos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.13 Tributação -- Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2012 e 2011, prejuízos fiscais ou bases negativas de imposto de renda e contribuição social.

2.14 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia, incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições à seguridade social, férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação no resultado, plano de saúde, auxílio escolar e assistência médica. Estes benefícios são registrados no resultado do período quando a Companhia tem com base em regime de competência à medida que são incorridos.

2.15 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

2.16 Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Demonstração do valor Adicionado (DVA) foi elaborada de acordo com o CPC 09.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.17 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes. Esses ativos foram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis. Em 2011 a Companhia possuía uma aplicação financeira vinculada, a qual foi classificada na categoria mantida até o vencimento.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Estes instrumentos são classificados como empréstimos e financiamentos e mensurados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.18 Informação por segmento

As operações da Companhia são o desenvolvimento, industrialização, comercialização e prestação de serviços de móveis modulados e planejados para o mercado interno e externo, sendo organizadas em um único segmento operacional. Embora os produtos sejam comercializados por canais de venda específicos, conforme sua categoria, a Companhia gerencia e controla seus produtos de forma integrada e os seus resultados operacionais são acompanhados, monitorados e avaliados também de forma integrada.

2.19 Arrendamento mercantil

A Companhia tem contratado leasing operacional (arrendamento mercantil) de uma aeronave, o qual é reconhecido como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a despesa com arrendamento e gastos relacionados à manutenção e conservação da aeronave totalizou R\$1.776 (R\$1.561 em 31 de dezembro de 2011), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

2.20 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informações Financeiras do IASB)

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 Clarifica as compensações de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.20 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informações Financeiras do IASB) -- Continuação

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração. O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas. Não é aplicável a Companhia.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	1.728	1.261
Aplicações financeiras		
Certificados de depósito bancário – CDBs	26.991	10.870
	28.719	12.131

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI (aproximadamente 100,4% do CDI).

5. Contas a receber de clientes

	2012	2011
No mercado nacional		
de terceiros	95.071	109.254
de partes relacionadas (Nota 20)	135	99
No mercado externo		
de terceiros	3.723	2.219
Cheques a receber	5.302	7.915
	104.231	119.487
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.306)	(5.069)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(2.717)	(3.563)
	93.208	110.855
 Ativo circulante	77.732	77.833
Não circulante	15.476	33.022
	93.208	110.855

Os prazos médios de recebimento referente ao período de janeiro até dezembro de 2012 e 2011 foram de 46 e 45 dias respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(5.069)	(2.621)
Adições	(12.341)	(5.540)
Recuperações / realizações	7.011	1.930
Baixa por incobráveis	2.093	1.162
Saldo no final do exercício	(8.306)	(5.069)

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2012	2011
A vencer	91.603	107.773
Vencidos a:		
De 1 a 30 dias	2.538	4.473
De 31 a 60 dias	1.295	1.885
De 61 a 90 dias	1.835	1.101
De 91 a 180 dias	3.472	1.428
Acima de 181 dias	3.488	2.827
	104.231	119.487

6. Estoques

	2012	2011
Produtos prontos	17	15
Produtos em elaboração	2.834	3.514
Mercadorias para revenda	417	509
Matérias primas	12.495	14.397
Materiais de embalagem	185	236
Materiais intermediários	2.044	2.979
Adiantamento a fornecedores	488	258
Materiais diversos	1.189	1.303
Provisão para obsolescência	(373)	(1.067)
	<u>19.296</u>	<u>22.144</u>

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(1.067)	(1.064)
Adições	(808)	(3)
Recuperações / realizações	1.502	-
Saldo no final do exercício	<u>(373)</u>	<u>(1.067)</u>

7. Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de R\$8.848 (31 de dezembro de 2011 R\$6.751) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia possui acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acredita que no curto prazo poderá realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado.

8. Empréstimos concedidos

	2012	2011
Empréstimos concedidos	7.790	11.985
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(272)	(359)
	<u>7.518</u>	<u>11.626</u>
Ativo circulante	1.971	3.524
Ativo não circulante	5.547	8.102
	<u>7.518</u>	<u>11.626</u>

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 9,08% ao ano. Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

A Companhia concedia aval financeiro aos financiamentos bancários obtidos pelos lojistas exclusivos. O saldo de garantia concedido em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$37 (R\$4.831 em 31 de dezembro de 2011).

9. Imobilizado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamento	Total
Saldo em 31/12/2011	1.378	14.883	3.300	3.738	76.239	72	2.108	3.878	5.644	1.645	112.885
Aquisições	-	80	26	425	2.909	76	405	614	3.036	2.976	10.547
Baixas	-	-	(1)	-	(358)	(28)	(89)	(19)	-	-	(495)
Transferências	-	4.286	-	4	5.143	-	5	-	(5.568)	(3.870)	-
Saldo em 31/12/2012	1.378	19.249	3.325	4.167	83.933	120	2.429	4.473	3.112	751	122.937

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Imobilizado em andamento	Adiantamento	Total
Saldo em 31/12/2011	-	(4.246)	(486)	(299)	(28.166)	(42)	(833)	(2.819)	-	-	(36.891)
Depreciações	-	(629)	(133)	(403)	(6.234)	(17)	(204)	(426)	-	-	(8.046)
Baixas	-	-	-	-	273	12	69	19	-	-	373
Saldo em 31/12/2012	-	(4.875)	(619)	(702)	(34.127)	(47)	(968)	(3.226)	-	-	(44.564)

Valor contábil líquido

Saldo em 31/12/2011	1.378	10.637	2.814	3.439	48.073	30	1.275	1.059	5.644	1.645	75.994
Saldo em 31/12/2012	1.378	14.374	2.706	3.465	49.806	73	1.461	1.247	3.112	751	78.373

Durante o período a Companhia adquiriu ativos imobilizados ao custo total de R\$ 10.547. O saldo a pagar de fornecedores para aquisição de imobilizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 950 (R\$ 1.893 em 31 de dezembro de 2011), conforme nota explicativa 13. Do total de adições do exercício, o montante de R\$ 270 refere-se a bens adquiridos de clientes (lojistas) e que foram compensados com saldos de contas a receber mantidos com tais lojistas.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens estão descritas conforme abaixo:

	Média ponderada de vida útil	Taxa média de depreciação anual
Edificações	25 anos	4%
Benfeitorias	25 anos	4%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Veículos	5 anos	20%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Equipamentos de Informática	5 anos	20%

10. Intangível

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldo em 31/12/2011	508	122	-	630
Aquisições	371	6	17.236	17.613
Transferência de investimentos	-	-	300	300
Amortização	(210)	(21)	-	(231)
Saldo em 31/12/2012	669	107	17.536	18.312

A Companhia mantém o ativo intangível pelo custo de aquisição, utilizando as taxas de amortização demonstradas a seguir:

	Média ponderada de vida útil	Taxa média de depreciação anual
Software	5 anos	20%
Marcas e patentes	10 anos	10%
Fundo de comércio	Indeterminada	-

As aquisições dos fundos de comércio ocorreram substancialmente durante o mês de dezembro de 2012 e têm como objetivo a criação de uma rede de lojas próprias, a serem operadas pela Companhia. Do total de fundos de comércio adquiridos, R\$14.476 referiam-se a contratos que pertenciam a clientes da companhia, tendo o valor devido sido quitado mediante compensação de saldos de contas a receber dos respectivos clientes, existentes na data da transação. As demais aquisições, no montante de R\$2.760 foram realizadas mediante pagamentos em dinheiro. Em 31 de dezembro de 2012 não há outras obrigações decorrentes destas aquisições a serem reconhecidas pela Companhia.

Teste de perda por redução do valor recuperável

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida utilizando o conceito do “valor justo líquido das despesas de venda”, através de laudos de avaliação do valor de mercado dos fundos de comércio (pontos comercial) adquiridos, preparados por empresa especializada em avaliações de mercado.

A metodologia aplicada para determinar o valor justo líquido das despesas de vendas foi o método comparativo de dados de mercado. Este método define o valor através da comparação com dados de mercado assemelhados quanto às características intrínsecas e extrínsecas do ativo avaliado. As características e os atributos dos dados pesquisados que exercem influência na formação dos preços e, conseqüentemente, no valor, foram ponderados por homogeneização ou por inferência estatística.

A pesquisa de mercado realizada resultou na composição de uma amostra representativa de dados de mercado de imóveis com características, tanto quanto possível, semelhantes aos de posse da Companhia, utilizando-se toda a evidência disponível.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor justo líquido de despesas de venda estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

11. Outros ativos

	2012	2011
Recuperação de despesas (a)	2.044	848
Créditos a recuperar	4.333	535
Outros (b)	472	1.350
(-) Provisão para perdas com créditos a recuperar	(2.468)	-
Total	4.381	2.733
Ativo circulante	2.377	2.097
Ativo não circulante	2.004	636
	4.381	2.733

(a) Refere-se, principalmente, a gastos realizados pela Companhia para veiculação de campanhas de marketing, os quais serão reembolsados por lojas exclusivas.

(b) Substancialmente formado por valores a receber de instituições financeiras conforme Nota 18.

12. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento final	2012	2011
Financiamento de imobilizado				
Banco Votorantim	9% a.a.	15/06/2014	1.672	2.788
Financiamento de exportação				
Banco Santander – BNDES	9% a.a.	15/06/2013	4.013	4.015
			5.685	6.803
Passivo circulante			5.128	1.115
Passivo não circulante			557	5.688
			5.685	6.803

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 as parcelas a pagar de longo prazo vencem como segue:

Vencimento no ano	2012	2011
2013	-	5.130
2014	557	558
	557	5.688

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram concedidos avais dos acionistas controladores.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía R\$18.500 em linhas de crédito disponibilizadas e aprovadas por instituições financeiras, mas não utilizadas.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas ("covenants").

13. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se resumida a seguir:

	2012	2011
No mercado nacional		
Insumos de terceiros	4.589	2.842
Materiais diversos	526	559
Serviços	633	3.131
	5.748	6.532
No mercado externo		
Imobilizado	950	1.893
	950	1.893
Total mercados nacional e externo	6.698	8.425

14. Imposto de renda e contribuição social

Valores lançados ao resultado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se resumida a seguir:

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social correntes:		
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(15.719)	(25.207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Relativos ao crédito fiscal sobre gastos com emissão de ações, referentes ao processo de abertura de capital	(1.369)	-
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	2.306	1.623
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(14.782)	(23.584)

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	2012		2011	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	56.946	56.946	81.376	81.376
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente,	(14.237)	(5.125)	(20.344)	(7.324)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Juros sobre capital próprio	2.250	810	2.325	837
Exclusões/adições permanentes	508	56	132	(190)
Incentivos fiscais de dedução IRPJ (PAT)	48	-	50	-
Adicional de imposto de renda	24	-	24	-
Incentivos fiscais (inovação tecnológica)	650	234	666	240
Valor registrado no resultado	(10.757)	(4.025)	(17.147)	(6.437)
Total do imposto de renda e contribuição social	(14.782)	(4.025)	(23.584)	(6.437)
Alíquota efetiva	19%	7%	21%	8%

14. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Balanco patrimonial		Resultado	
	2012	2011	2012	2011
<u>Imposto de renda</u>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.076	1.046	1.030	532
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	93	267	(174)	1
Provisão para comissões	55	59	(4)	(35)
Provisão para perdas com investimento	31	31	-	-
Provisão para perda com avais	617	-	617	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.291	847	444	315
Ajuste a valor presente – AVP	747	981	(234)	672
Outras provisões temporárias	12	(3)	15	(290)
	4.922	3.228	1.694	1.195
<u>Contribuição social</u>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	748	376	372	191
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	34	96	(62)	-
Provisão para comissões	20	21	(1)	(14)
Provisão para perdas com investimento	50	50	-	-
Provisão para perda com avais	222	-	222	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	465	305	160	97
Ajuste a valor presente – AVP	269	353	(84)	242
Outras provisões temporárias	4	(1)	5	(88)
	1.812	1.200	612	428
Total imposto de renda e contribuição social	6.734	4.428	2.306	1.623

15. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

I) Provisões

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a provisão está assim composta:

	2012	2011
Provisão para riscos trabalhistas	1.867	1.190
Provisão para riscos tributários	2.319	1.632
Provisão para riscos cíveis	979	567
	5.165	3.389

Trabalhistas – a Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

Tributário – a Companhia é parte em processos tributários, principalmente, referente a IPI e INSS.

Cíveis – a Companhia é parte em processos cíveis envolvendo os lojistas e consumidores finais, sendo que neste último a Companhia é parte solidária.

A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Em 31 de dezembro de 2012, os processos cíveis com perda possível totalizavam R\$11.270, os trabalhistas R\$922 e os tributários, R\$8.288.

A Companhia vem discutindo judicialmente uma notificação fiscal relativa à compensação de créditos de IPI no valor atualizado de R\$8.451, o qual, na avaliação de seus assessores jurídicos tem probabilidade de perda possível. Não há outro processo que individualmente seja representativo.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	3.389	2.128
Adições	3.802	4.034
Recuperações / realizações	(2.026)	(2.773)
Saldo no final do exercício	5.165	3.389

15. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis -- Continuação

II) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2012	2011
Depósitos judiciais trabalhistas	105	82
Depósitos judiciais tributários	716	695
Depósitos judiciais cíveis	1.319	642
	2.140	1.419

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada no dia 24 de fevereiro de 2012, rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 27 de fevereiro de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 30.101, mediante a capitalização de reserva de lucros e sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia no valor de R\$29.699 em 31 de dezembro de 2011, para R\$59.800 em 31 de março de 2012.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012 foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10,3547337 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para cada 01 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal existente, havendo um acréscimo de 51.450.100 ações, totalizando 56.950.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de março de 2012 (5.499.900 em 31 de dezembro de 2011).

Em 25 de abril de 2012 a Companhia obteve seu registro de companhia de capital aberto. No contexto do processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de abril de 2012, aprovou o aumento do Capital Social da empresa em R\$127.909 mediante a emissão de 9.136.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi totalmente integralizado com recursos oriundos da oferta pública de distribuição de ações da Companhia. O capital social da Companhia totaliza R\$187.709 em 31 de dezembro de 2012, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas

	Ações	Capital Social
	(em milhares)	
Saldo em 31/12/2011	5.499	29.699
Integralização de capital em 27/02/2012	-	30.101
Desdobramento de ações em 30/03/2012	51.451	-
Emissão de ações em 25/04/2012	9.136	127.909
Saldo em 31/12/2012	66.086	187.709

16. Patrimônio líquido -- Continuação

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva de capital

Os custos de distribuição, atribuídos à Companhia, oriundos da oferta primária de ações totalizam R\$4.027 (R\$2.658 líquidos dos efeitos tributários).

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social.

Dessa forma, a Companhia destinou à reserva legal no exercício de 2012 o montante de R\$2.109, totalizando o saldo de R\$ 8.048 em 31 de dezembro de 2012.

Reserva para expansão

A administração da companhia, com base em orçamento de capital, propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2013, a constituição de Reserva de Lucros para Expansão no montante de R\$4.997, conforme previsto no art. 34, item (e) do estatuto da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão. Conforme art. 199 da Lei 6.404/76 o saldo desta reserva não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei, sendo que a Companhia poderá imputar juros sobre o capital próprio à conta do dividendo mínimo obrigatório.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada no dia 24 de fevereiro de 2012, rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 27 de fevereiro de 2012, os acionistas aprovaram a distribuição de reservas de lucros acumulados até 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$130.000, integralmente pagos até 03 de julho de 2012.

Juros sobre capital próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$ 9.000 (R\$ 7.990, líquido do imposto de renda retido na fonte), R\$ 9.300 em 2011 (R\$ 7.905, líquido do imposto retido). O valor apurado foi contabilizado como despesa financeira e revertido em conta específica, não sendo apresentado, na demonstração de resultado, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

16. Patrimônio líquido -- Continuação

c) Dividendos e juros sobre capital próprio – Continuação

Demonstração dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos

Dos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2013, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 34.048, sendo R\$ 7.990 (R\$0,1209 por ação) a título de juros sobre o capital próprio e R\$ 26.058 (R\$0,3943 por ação) a título de dividendos, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	42.164	57.792
Reserva legal (5%)	(2.109)	-
Lucro líquido ajustado	40.055	57.792
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.014	14.448
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda retido na fonte	7.990	7.905
Dividendos mínimos obrigatórios	2.024	6.543
Dividendos adicionais	24.034	5.812
Total proposto para distribuição	34.048	20.260
Dividendos distribuídos acima do mínimo	24.034	5.812
Percentual do lucro ajustado distribuído	85,0%	35,1%

17. Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito mediante a divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não tem ações preferenciais.

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações potenciais dilutivas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2012	2011
• Lucro líquido do exercício	42.164	57.792
• Média ponderada de ações emitidas (em milhares)*	63.208	56.950
• Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,67	1,01

* Considerando o desdobramento de ações aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2012.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas Demonstrações Financeiras.

18. Outras receitas operacionais

	2012	2011
Despesas operacionais		
Perda com alienação do ativo imobilizado	(35)	(76)
	(35)	(76)
Receitas operacionais		
Ganho com alienação do ativo imobilizado	10	92
Prêmio bancário*	7.152	4.625
Outras receitas operacionais	2.217	1.855
	9.379	6.572
Outras receitas operacionais, líquido	9.344	6.496

O saldo de prêmio bancário refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia, sendo a contra partida a conta de outros ativos.

19. Resultado financeiro líquido

	2012	2011
Despesas financeiras		
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(622)	(797)
Despesas de empréstimos e financiamentos	(547)	(305)
Despesas com variação cambial	(413)	(162)
Ajuste a valor presente – AVP	(342)	(1.335)
Descontos concedidos	(1.086)	(5)
Outras despesas financeiras	(65)	(41)
	(3.075)	(2.645)
Receitas financeiras		
Juros recebidos	3.346	2.733
Descontos obtidos	516	325
Rendimentos de aplicações financeiras	2.487	1.996
Receitas com variação cambial	314	973
Ajuste a valor presente – AVP	5.033	3.989
Outras receitas financeiras	571	627
	12.267	10.643
Resultado financeiro líquido	9.192	7.998

20. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia realizou as seguintes transações com as partes relacionadas:

	2012	2011
Ativo circulante		
Contas a receber		
Telasul S.A.	135	99
	135	99
Outros créditos a receber		
Outras partes relacionadas (a)	-	952
	-	952
Total do ativo	135	1.051

	2012	2011
Demonstração do resultado		
Vendas		
Outras partes relacionadas (a)	26	-
Telasul S.A.	502	622
	528	622
Compras		
Telasul S.A.	11.498	15.548
	11.498	15.548

(a) Outras partes relacionadas representado por operações com acionistas.

As operações envolvendo a Companhia e a parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também a Unicasa efetua vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) e sucatas de madeira. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio de compra e venda de sete dias.

Como mencionado na Nota 2.20 a Companhia mantém leasing de uma aeronave. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a despesa com arrendamento com este leasing e demais despesas relativas à manutenção e conservação da aeronave totalizou R\$1.776 (R\$1.561 em 31 de dezembro de 2011), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma Companhia controlada pelos acionistas majoritários da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operação com terceiros. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração da administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária e Conselho da Administração), remuneração no valor total de R\$2.555 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$3.072 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia não oferece a suas pessoas chaves benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

21. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Receita bruta de vendas	367.072	402.355
IPI sobre vendas	(3.870)	(18.546)
ICMS substituição tributária (ST) sobre vendas	(28)	-
Receita bruta de vendas (-) IPI e ST sobre vendas	363.174	383.809
ICMS sobre vendas	(40.437)	(43.812)
Outros impostos sobre vendas (PIS/COFINS/INSS)	(34.182)	(35.922)
Devoluções de vendas	(5.356)	(4.057)
Ajuste a valor presente	(3.758)	(5.341)
	279.441	294.677

22. Despesas por natureza

	2012	2011
Despesas por função		
Custo dos bens e serviços	(163.972)	(168.792)
Despesas com vendas	(57.422)	(42.223)
Despesas administrativas	(19.637)	(16.780)
	(241.031)	(227.795)
Despesas por natureza		
Despesas com pessoal	(37.599)	(33.755)
Despesas com insumos	(134.222)	(138.692)
Despesas com depreciação e amortização	(8.277)	(7.066)
Despesas com serviços de terceiros	(12.611)	(11.843)
Despesas com propaganda	(13.488)	(10.456)
Despesas com comissões	(2.688)	(2.498)
Despesas com provisões	(7.673)	(3.712)
Outras despesas	(24.473)	(19.773)
	(241.031)	(227.795)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros - Valor justo

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, assim com os métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Decorrem diretamente das operações da Companhia e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- **Empréstimos concedidos** – São classificados como ativos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais, de forma líquida do ajuste a valor presente. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, e de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos concedidos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.
- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como o seu valor justo, estão demonstrados no quadro abaixo:

	Valor contábil		Valor justo	
	2012	2011	2012	2011
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	28.719	12.131	28.719	12.131
Contas a receber de clientes	93.208	110.855	93.208	110.855
Empréstimos concedidos	7.518	11.626	8.096	11.626
Mantidos até o vencimento				
Aplicação financeira vinculada	-	323	-	323
Passivos				
Empréstimos e financiamentos				
Fornecedores	(6.698)	(8.425)	(6.698)	(8.425)
Empréstimos e financiamentos	(5.685)	(6.803)	(5.725)	(6.803)

Para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia adotou a técnica de avaliação de preços observáveis ("Nível 2").

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos

Os principais passivos financeiros da Companhia são compostos por contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos à clientes, que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras.

- **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia tem obtido sucesso em ajustar a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta o saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 1.841 mil e saldo a pagar de EUR 352 mil referentes à compra de novos equipamentos para a fábrica.

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira nos quais a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário, apresentamos mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)	Cenário A	Cenário B
Redução da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	3.723	2.792	1.862
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(950)	(712)	(475)
Deterioração da taxa em:				
Referência para taxa de Câmbio:				
Dólar		2,04	1,53	1,02
Euro		2,70	2,02	1,35
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(693)	(1.386)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- **Risco de preço das commodities**

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria – prima, chapas de MDF, a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contava com 8 clientes (31 de dezembro de 2011: 11 clientes) responsáveis por 50,04% (31 de dezembro de 2011: 50,40%) de todos os recebíveis devidos. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil, incluindo um magazine. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2012 com base nos pagamentos contratuais e juros projetados com base nos contratos:

<u>Em 31 de dezembro de 2012</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>3 a 12 meses</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	396	4.991	570	5.957
Fornecedores	6.695	3	-	6.698

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

c) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos e financiamentos	5.685	6.803
Fornecedores	6.698	8.425
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(28.719)	(12.131)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	-	(323)
Dívida líquida	(16.336)	2.774
Patrimônio líquido	222.130	195.739
Patrimônio líquido e dívida líquida	205.794	198.513

24. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Cobertura	Período de vigência		Importância segurada
	De	Até	
Incêndios, vendavais e danos elétricos			
Máquinas e equipamentos	31/12/2012	31/12/2013	100.500
Estoque	31/12/2012	31/12/2013	21.827
Edificações	31/12/2012	31/12/2013	36.000
Lucros cessantes	31/12/2012	31/12/2013	17.712

25. Informação por segmento

Em função de produzir unicamente móveis (modulados e planejados), a Companhia está organizada e concentrada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo está assim representada:

	Receita bruta de vendas	
	2012	2011
Mercado interno	359.009	395.361
Mercado externo	8.063	6.994
	367.072	402.355